

## DESTAQUE DO DIA

## CIDADES

## Cidades podem ficar sem verba

Prefeituras da região estão entre as que não atualizaram cadastro de dívida e correm risco de não receber dinheiro estadual e federal

MATHEUS MÜLLER  
DA REDAÇÃO

São Vicente, Cubatão, Mongaguá e Itanhaém estão entre as 4 mil cidades que não atualizaram o Cadastro da Dívida Pública (CDP) de 2020. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), cidades nessa situação ficam impedidas de receber transferências voluntárias (repasses de Estado, União e entidades) e contratar operações de crédito em instituições financeiras. O prazo expirou no final de janeiro.

O cadastro da dívida é obrigatório e deve ser realizado anualmente, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O processo é feito por profissional habilitado pelo Município a acessar o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem).

O professor de Gestão Pública Municipal da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Alexandre Farias, entende que o atraso na atualização do CDP tem a ver, em muitos casos, com a mudança de gestão e o curto prazo de transição entre governos (ocasionado pelo adiamento das eleições, de outubro para novembro). No caso das cidades da Baixada Santista, Cubatão e Mongaguá mantiveram os prefeitos e, em Itanhaém, o atual era vice na gestão passada.

“O maior impacto, realmente, é a perda de recursos públicos dos entes federal e estadual”, afirma. Fa-



São Vicente é o maior dos municípios locais a não ter feito Cadastro da Dívida Pública de 2020. No País, isso ocorre em 75% das administrações

## RESPOSTAS

■ A Prefeitura de Cubatão informou que o processo de atualização no CDP já foi iniciado e será finalizado nos próximos dias. “As transferências voluntárias e contratações de operações de crédito não serão prejudicadas”, disse, em nota.

■ A Administração de Itanhaém alega ter sido prejudicada pela transi-

ção de governo e a necessidade de cadastrar o novo gestor na Secretaria de Tesouro Nacional — já sob análise da entidade. “Esta exigência comprometeu a efetivação da atualização do Cadastro da Dívida Pública no Sadipem dentro do prazo estabelecido”. O Executivo afirmou estar “empenhado em solucionar a pendência”.

■ A Prefeitura de Mongaguá informou que até o final desta semana o CDP será atualizado. “As informações são extraídas de balanços que estão sendo finalizados. Como Mongaguá tem operações de crédito vigentes, é preciso que as informações sejam precisas (sic)”. A Prefeitura de São Vicente não se manifestou até o fechamento desta edição.

rias explica que tal situação pode refletir na Lei Orçamentária Anual, que estabelece as receitas e despesas.

O professor cita que, ao deixar de receber valores previstos em convênios ou repasses acordados com Estado ou União, pode haver desequilíbrio orçamentário, pois o Poder Executivo teria de usar recursos próprios para cobrir despesas.

“Existem metas e objetivos a cumprir na LOA, que foram orientadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Logo, se não recebe o (recurso) financeiro (dos outros entes) não consegue executar o orçamento, o que prejudica as metas, que vão ser revisadas e justificadas. E não fica bonito falar que se deixou de receber recursos porque não conseguiu fazer o cadastramento”, aponta Farias.

## PROCESSO SIMPLES

Farias comenta que o processo para o cadastro é simples e rápido, desde que se tenham todos os dados disponíveis. “É tudo feito via sistema (pela internet). Vão para análise rapidamente e, se tem algum tipo de incongruência, ele já retorna com a solução, o que precisa para regularizar.”

A CNM revela que, todo ano, são muitos os municípios que não informam os itens prévios exigidos pelo Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais, que possibilitam o acesso aos recursos de transferências voluntárias e a contratação de operações de crédito. Desta vez, porém, o índice foi recorde: 75% das 5.568 cidades.

A confederação acredita que muitos gestores ainda aguardam o fechamento de informações do ano anterior e, por causa do curto prazo para o cadastramento dessas informações, deixaram de atualizar os dados.